

RELATÓRIO ANUAL DE DEMANDAS DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

EXERCÍCIO 2023

PORTO VELHO – RO

RELATÓRIO ANUAL DE DEMANDAS DE PROTEÇÃO DE DADOS TRE-RO 2023

1. Introdução

O presente relatório tem por finalidade registrar e consolidar as demandas relacionadas à proteção de dados pessoais no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) ao longo do ano de 2023, em observância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018), à Resolução CNJ nº 363/2021 e à Diretriz nº 9 da Carta de Brasília.

O documento busca assegurar a transparência institucional e demonstrar as providências adotadas pelo Tribunal no que se refere à prevenção, à resposta a eventos de segurança e ao fortalecimento da governança no tratamento de dados pessoais.

2. Metodologia

A elaboração deste relatório baseou-se na análise de informações provenientes dos sistemas e canais institucionais do Tribunal, incluindo a Ouvidoria, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), o Processo Judicial Eletrônico (PJe) e os registros da Tabela Processual Unificada (TPU).

Foram considerados, para fins de consolidação, os seguintes eixos: solicitações de titulares de dados pessoais (DSAR), registros de incidentes de segurança da informação, processos administrativos, processos judiciais e consultas internas direcionadas ao Encarregado pelo Tratamento de Dados.

3. Solicitações de Titulares de Dados (DSAR)

No decorrer do ano de 2023, não foram formalizadas solicitações de titulares de dados pessoais relacionadas ao exercício dos direitos previstos nos arts. 18 e 19 da LGPD, tais como acesso, correção, portabilidade, oposição ou revisão de decisões automatizadas.

Quantitativo total: 0.

4. Incidentes de Segurança da Informação

No exercício de 2023, foi identificado um incidente de segurança da informação, caracterizado por acesso indevido a diretório interno de arquivos do Tribunal.

Uma vez detectado o evento, foram imediatamente adotadas as medidas técnicas e administrativas necessárias, com atuação coordenada das unidades

competentes, voltadas à contenção do incidente, à análise de seus efeitos e à mitigação de riscos. O ocorrido foi regularmente comunicado à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), em conformidade com a legislação vigente e as orientações normativas aplicáveis.

As avaliações técnicas realizadas concluíram que, apesar da tentativa de acesso indevido, não houve vazamento, extração ou exposição pública de dados pessoais, tampouco comprometimento da confidencialidade das informações mantidas sob a guarda do Tribunal.

O episódio evidenciou a efetividade dos mecanismos institucionais de monitoramento e resposta a incidentes, os quais contribuíram para a prevenção de danos aos titulares de dados pessoais.

Quantitativo total de incidentes registrados: 1.

5. Consultas Internas ao Encarregado

No período avaliado, não foram registradas consultas formais encaminhadas ao Encarregado pelo Tratamento de Dados ou à Ouvidoria acerca da aplicação ou da interpretação da LGPD no contexto institucional.

Quantitativo total: 0.

6. Processos Administrativos Relacionados à LGPD

A verificação das autuações realizadas no âmbito do SEI não identificou, no ano de 2023, processos administrativos formalmente vinculados ou classificados com temática relacionada à proteção de dados pessoais.

Quantitativo total: 0.

7. Processos Judiciais Classificados na Tabela Processual Unificada (TPU)

A análise dos registros da Tabela Processual Unificada (TPU) demonstrou que, durante o ano de 2023, não houve processos judiciais classificados com assuntos relacionados à privacidade ou à proteção de dados pessoais no âmbito do TRE-RO.

Quantitativo total: 0.

8. Indicadores Consolidados – 2023

| Categoria | Quantidade |
|--|-------------------|
| Solicitações de titulares (DSAR) | 0 |
| Incidentes de segurança | 1 |
| Consultas internas ao Encarregado | 0 |
| Processos administrativos | 0 |
| Processos judiciais (TPU – temas LGPD) | 0 |

9. Considerações Finais

O ano de 2023 caracterizou-se por reduzido número de demandas formais relacionadas à proteção de dados pessoais no âmbito do TRE-RO. O incidente de segurança identificado foi tratado de maneira tempestiva, transparente e em conformidade com os parâmetros legais, sem a constatação de impactos efetivos aos titulares de dados pessoais.

Ainda assim, o Tribunal mantém o compromisso com a melhoria contínua de seus controles, o monitoramento permanente dos riscos e o aperfeiçoamento da governança em proteção de dados, em alinhamento às diretrizes nacionais e às boas práticas aplicáveis à Justiça Eleitoral.